



IDEOLOGIA DE GÊNERO: ESCOLA SEM PARTIDO E O GOLPE DE 2016

Gender Ideology: School without Political Party and 2016 Coup

Giovana Giongo¹

Tiago Ademir Graube²

Resumo: Nosso trabalho gira em torno de uma premissa, a existência de espaços sociais, valores, tradições, representações e símbolos partilhados entre três fenômenos: o Golpe de 2016, o programa Escola Sem Partido e a propulsão da terminologia “ideologia de gênero”. Teoricamente ancorado na História Política, mais precisamente, na cultura política, que entende os fenômenos para além das estruturas burocráticas do Estado e de uma narrativa factual e cronológica de eventos, conectando indubitavelmente os fenômenos a partir de sua tradição conservadora e de um ambiente de pânico moral. Metodologicamente este trabalho é uma pesquisa qualitativa, ou seja, observamos os objetos como fenômenos socialmente constituídos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa descritiva, mas também ancorada em documentos. Nosso trabalho demonstrou que o Escola Sem Partido mobilizado, a partir da terminologia de ideologia de gênero, um discurso que foi amplamente absorvido e utilizado pelo golpe. O conservadorismo impresso no jogo político, em que o MESP tem influência considerável, justificaram e tornaram possível o golpe parlamentar de 2016. A construção do pânico moral, necessários tanto para o ESP, quanto para a efetivação do golpe, foram traçados dentro de um movimento cooperativo das forças conservadoras.

Palavras-chave: Ideologia de gênero. Escola Sem Partido. Golpe de 2016. Conservadorismo. Pânico Moral.

Abstract: Our research revolves around the premise: the existence of social spaces, values, traditions, representations, and symbols shared among three phenomena: the 2016 Coup d'état, the Escola Sem Partido Program, and the propulsion of the terminology "gender ideology". Theoretically based in Political History, more precisely, in political culture, which understands phenomena beyond the bureaucratic structures of the State and a factual and chronological narrative of events, undoubtedly connecting the phenomena from their conservative tradition and an environment of panic morals. Methodology, this is qualitative research, where objects are observed as socially constituted phenomena, also descriptive research, supported in documents. Our work demonstrated that Escola Sem Partido mobilized, using the terminology of gender ideology, a discourse that was widely absorbed and used by the coup. The conservatism imprinted on the political game, in which the MESP has

¹ Historiadora licenciada e Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande, pesquisadora das áreas de educação, História Política, gênero e História do Tempo Presente. E-mail: giovana.giongo@gmail.com

² Teólogo e Mestre e doutorando em Teologia pela Faculdades EST, pesquisador das áreas de gênero, sexualidade, juventude e Educação. E-mail: tiago.a.graube@gmail.com



considerable influence, justified, and made possible the 2016 parliamentary coup. The construction of moral panic, necessary for both the ESP and the execution of the coup, was traced within a movement cooperative of conservative forces.

Keywords: Gender ideology. Nonpartisan School. 2016 coup. Conservatism. Moral Panic.

INTRODUÇÃO

O estabelecimento de um projeto de educação é, de alguma forma, a realização de um projeto político. A implementação do Programa Escola Sem Partido é, concomitante temporalmente, a implementação de um projeto político. Há nesta construção, um movimento de protocooperação que tornam ambos possíveis. O Escola Sem Partido e a efetivação do seu ideário, aparentemente resguardado no campo da educação, fazem parte de uma rede de emaranhados políticos que sustentam a construção de um projeto maior, se retroalimentam e se tornam exequíveis, caminham juntos, concatenados.

Nossa caminhada parte imprescindivelmente desta premissa, de que há uma relação intrínseca entre o ESP, o Golpe de 2016 e a vinculação do termo Ideologia de gênero, de que há uma conjuntura favorável para o aparecimento e fortalecimento do Programa Escola Sem Partido, mas que rapidamente esta mesma conjuntura se apropria e se apoia no discurso organizado pelo programa. Nos parece que observar o conjunto das coisas, atentos a rede que elas formam, parasitária em algumas ocasiões, mas também simbióticas outras vezes, nos parece a forma mais acertada de conduzir este empreendimento.

São elementos importantes para que esta condução tenha êxito, explorar neste momento introdutório nossas escolhas teóricas. A História Política teve durante sua trajetória uma pluralidade de debates e transformações no seu campo de atuação. Nos alinhamos à alguns autores que exploraram e vincularam esta história à cultura. A cultura política, por tanto, e os debates em torno desta teoria, colaboram com as intenções deste trabalho.



A identificação desta cultura política, ou a condução de um trabalho sob esta influência teórica, permite, segundo Serge Berstein³, dois resultados: desvendar “[...] as raízes e filiações dos indivíduos, restituí-las à coerência dos seus comportamentos graças à descoberta das suas motivações” e entender a conexão coletiva em torno de uma cultura política,

Factor de comunhão dos seus membros, ela fá-los tomar parte colectivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças, valores que constituem um património indiviso, fornecendo-lhes, para exprimir tudo isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual.⁴

Os fenômenos políticos, sob influência da cultura política, também podem revelar “[...] a força dos sentimentos (paixões, medo), a fidelidade a tradições (família, religião) e a adesão a valores (moral, honra, patriotismo)”⁵. Motta⁶ e Berstein⁷ trazem conceitos e definições que se filiam ao entendimento que lançaremos sob o objeto deste trabalho. A Ideologia de Gênero, o Escola Sem Partido e o Golpe de 2016 partilham de um mesmo espaço social, valores e tradições. Revelam, igualmente, compartípes de paixões e medos, tradições e valores.

Nosso interesse estabelecer as relações possíveis entre a Ideologia de Gênero, o Escola Sem Partido e o golpe, e a mobilização em torno deles, através do compartilhamento de um ambiente de pânico moral. Podemos afirmar que os agentes mobilizadores do clima que permitiu tanto a efetivação do golpe, quanto as grandes mobilizações do MESP, estão ancorados em um discurso conservador, de reação, que mobiliza pessoas e grupos em função deste ambiente criado.

³ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363. p. 362.

⁴ BERSTEIN, 1998, p. 362.

⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13-37. p. 29.

⁶ MOTTA, 2009.

⁷ BERSTEIN, 1998.



Cohen estabelece o conceito de pânico moral na seguinte passagem:

As sociedades parecem estar sujeitas, por vezes, a períodos de pânico moral. Uma condição, um episódio, uma pessoa ou grupo de pessoas tornam-se uma ameaça aos valores e interesses da sociedade; sua natureza é apresentada de maneira estilizada e estereotipada pelos meios de comunicação de massa; as barricadas morais são administradas por editores, bispos, políticos e pessoas de concepções à direita; especialistas socialmente credenciados pronunciam seus diagnósticos e soluções; formas de enfrentamento são desenvolvidas; a condição desaparece, submerge ou deteriora-se e torna-se mais visível.⁸ (Tradução nossa)

Este pânico consensuado e partilhado por grupos ou pessoas geram reações contra indivíduos e comportamentos. Richard Miskolci, ao tratar deste tema afirma que existe uma tendência, que este pânico moral produziria uma necessidade de retomada de:

Valores tradicionais, o que os leva a defender uma forma idealizada do que teria sido a ordem social do passado. Disso resulta a percepção hegemônica de que a causa de certos problemas sociais estaria nos esforços insuficientes para controlar os 'desviantes' e que a melhor solução estaria em ampliar esses esforços.⁹

O pânico moral enquanto conceito brevemente demonstrado tem a função de nos fazer observar movimentos e ações de setores que construíram um ambiente de pânico. A ideologia de gênero, a doutrinação marxista, o kit gay, a possível implementação de um Estado comunista, são certamente ideias mobilizadas e potencializadas pelo golpe e MESP. Esta necessidade de retomada de valores conservadores e de controle, tanto do Estado, inclusa aí a educação, quanto das

⁸ COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London: MacGibbon & Kee, 1972. p. 06. Texto original: *Societies appear to be subject, every now and then, to periods of moral panic. A condition, episode, person or group of persons emerges to become defined as a threat to societal values and interests; its nature is presented in a stylized and stereotypical fashion by the mass media; the moral barricades are manned by editors, bishops, politicians and other right-thinking people; socially accredited experts pronounce their diagnoses and solutions; ways of coping are evolved or (more often) resorted to; the condition then disappears, submerges or deteriorates and becomes more visible.*

⁹ MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – Reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007. p. 112-113. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.



pessoas e grupos, encontraram justificativa nestes movimentos ligados e produzidos pelo Escola Sem Partido e pelo golpe de 2016.

A mídia, os setores religiosos e políticos conservadores trataram de ampliar e avigorar este debate. A ideia de que era necessário retomar e controlar o Estado, o conservadorismo acabou se apresentando como alternativa eficaz contra a ameaça construída.

Objetivamos demonstrar esta colaboração, buscando nos discursos do MESP, ideologia de gênero e do golpe a construção deste clima de pânico moral, que permitiu a mobilização do conservadorismo.

É parte de uma prática conservadora a valorização da religião, da família¹⁰, aldeia tradicional e corporação. Expressar crítica contundente à centralização do Estado e, como já mencionamos, a ideia de igualitarismo, pois ela subverteria a lógica natural, mudando as relações de forças tradicionalmente organizadas hierarquicamente¹¹. Centralização do Estado não vista unicamente pela lógica econômica, mas também, por exemplo, na não interferência dele na organização da família. Quando falamos de hierarquia social, também estamos falando da manutenção dos papéis tradicionais no núcleo familiar.

Hirschman¹² sistematiza o conservadorismo na perspectiva de contra investidas, ou seja, observa que os avanços de direitos civis, políticos e sociais são sucedidos por movimentos conservadores que objetivam interromper e reverter estas mudanças. Estes movimentos reativos, estas respostas conservadoras, seguem uma lógica e uma estrutura sistematizada pelo autor em três teses principais: tese da perversidade, tese da futilidade e tese da ameaça.

¹⁰ Família também segue preceitos tradicionais, constituída do matrimônio de um homem e uma mulher biologicamente nascidos nesta condição. Esta família também se organiza hierarquicamente, o homem está no topo das decisões familiares.

¹¹ BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes. Revendo o pensamento conservador. *In*: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (org.). **Revisão do Pensamento Conservador: ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010. p. 11-12.

¹² HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.



Tese da perversidade ou tese do efeito perverso, tese da futilidade e tese da ameaça. De acordo com a tese da perversidade, qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar. A tese da futilidade sustenta que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão 'deixar uma marca'. Finalmente, a tese da ameaça argumenta que o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização anterior.¹³

Com relação a tese da perversidade, o autor assegura que não se trata apenas de afirmar que a ideia não terá êxito ou resultados negativos.

Em vez disso, diz o argumento, a tentativa de empurrar a sociedade em determinada direção fará com que ela, sim, se mova, mas na direção contrária. Simples, intrigante e devastador (se for verdadeiro), o argumento tem-se revelado popular-entre gerações de 'reacionários', além de ser bastante eficaz com o público em geral.¹⁴

O autor exemplifica: "As tentativas de alcançar a liberdade farão a sociedade afundar na escravidão, a busca da democracia produzirá a oligarquia e a tirania e os programas de bem-estar social criarão mais, em vez de menos, pobreza. Todos os tiros saem pela culatra"¹⁵.

A tese da futilidade, em linhas gerais, defende a ideia de que as transformações serão apenas artificiais e ilusórias, pois as estruturas profundas permanecerão intactas. O autor ao comparar a tese da perversidade à tese da futilidade diz:

A tese da futilidade, no entanto, não é de modo algum concebida, como se não fosse mais que uma versão mais suave da tese da perversidade. No cenário da tese da futilidade, as ações ou intenções humanas não são frustradas por desencadear uma série de efeitos colaterais, mas por pretender mudar o que não pode ser mudado, por ignorar as estruturas básicas da sociedade.¹⁶

¹³ HIRSCHMAN, 1992, p. 15-16.

¹⁴ HIRSCHMAN, 1992, p. 18.

¹⁵ HIRSCHMAN, 1992, p. 18.

¹⁶ HIRSCHMAN, 1992, p. 65.



Por fim, a tese da ameaça constitui-se a partir da ideia de que mudanças e transformações em torno de conquistas e avanços em direitos, carregam consigo a eminente possibilidade de anular direitos anteriores conquistados.

Se for possível demonstrar que duas reformas são de algum modo mutuamente excludentes, de maneira que a mais antiga é posta em perigo pela mais recente, introduzir-se-á no argumento um novo elemento de comparabilidade, e a avaliação pode prosseguir em termos de 'moedas de progresso' vagamente comuns: tem sentido sacrificar o progresso antigo pelo novo?¹⁷

Antes de passarmos para o próximo ponto, buscaremos retomar e organizar algumas questões relevantes desta pesquisa. Primeiramente, este trabalho visa investigar as relações e imbricações entre três fenômenos, a Ideologia de Gênero, o movimento Escola Sem Partido e o golpe de 2016. O objeto desta pesquisa é a Ideologia de Gênero, investigado a partir da conjuntura golpista e do movimento do ESP.

Partimos de uma premissa, a existência de espaços sociais, valores, tradições, representações e símbolos partilhados entre os fenômenos apresentados.

IDEOLOGIA DE GÊNERO

O termo “ideologia de gênero” tem registro de nascimento em 1998, em nota da Conferência Episcopal da Igreja Católica realizada no Peru, “A ideologia de gênero – seus perigos e alcances”¹⁸. Este texto é esclarecedor ao estabelecer definições e marcos importantes que irão incorporar os discursos em torno dos planos de educação e do ESP.

Segundo a nota, sua motivação está em denunciar uma ofensiva campanha realizada na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, em setembro

¹⁷ HIRSCHMAN, 1992, p. 75.

¹⁸ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **A ideologia do gênero: seus perigos e alcances**. Lima, Peru, 1998. Disponível em: https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.



de 1995, em Pequim. De acordo com a nota, em função desta conferência, “[...] a ‘perspectiva do gênero’ tem se infiltrado em diferentes âmbitos, não apenas dos países industrializados como também dos países em desenvolvimento”¹⁹.

O conteúdo da nota inicia com um trecho do livro “Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity”²⁰ de Judith Butler, em que a autora relaciona a ideia de gênero à uma construção cultural, independente da concepção biológica. As “feministas de gênero” defenderiam que as ideias aceitas universalmente como naturais, são na verdade construções sociais. Estariam imbuídas de desconstruir este papel hegemônico de naturalização de papéis biologicamente definidos, de combater o patriarcado e a construção social hierarquicamente definida por concepções também biológicas, condenar as relações sexuais resultantes de condicionamentos sociais, numa perspectiva de heterossexualidade obrigatória. Defendem a ideia de que existem várias formas de sexualidade²¹.

Na sequência enquanto ainda tratava de definir o ideário das “feministas de gênero”, a nota traz como referência a Dale O’Leary que participou desta conferência e faz relato em consonância ao debate da nota, suas concepções e produções dão embasamento a parte. Esta perspectiva de gênero estaria ligada as percepções do neomarxismo²². Em linhas gerais esta nova percepção marxista aliada ao gênero, substituiria a clássica concepção de eliminação das sociedades de classe a partir do fim da propriedade privada. Os esforços estariam centrados na família, esta seria a “verdadeira causa das classes”:

Os marxistas clássicos acreditavam que o sistema de classes desapareceria uma vez que se eliminasse a propriedade privada, se facilitasse o divórcio, se aceitasse a ilegitimidade, se forçasse a entrada da mulher no mercado de trabalho, se colocasse as crianças em creches e se eliminasse a religião. Porém, para as ‘feministas do gênero’, os marxistas fracassaram por se

¹⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p. 03.

²⁰ Tradução: O Problema do Gênero: o Feminismo e a Subversão da Identidade.

²¹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p. 03.

²² CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p. 05.



concentrar em soluções econômicas, sem atacar diretamente a família, que era a verdadeira causa das classes.²³

A nota centra esforços em relacionar as concepções de gênero à destruição da família. As ideias sintetizadas em algumas poucas páginas apresentam informações correntes e fundantes do discurso dos combatentes da suposta “ideologia de gênero”.

A nota de 1998 representa parte importante de análise deste ponto, assim como as posições de Dale O’Leary e o livro de Jorge Scala, intitulado através da sua tradução brasileira Ideologia de gênero – o neototalitarismo e a morte da família. São importantes referências e serão aqui analisadas.

Dale O’Leary publicou em 1997 *The Gender Agenda*. A autora não utiliza o termo “ideologia de gênero” nesta publicação. Denuncia a substituição do termo “sexo” por “gênero”. Esta substituição, segundo a autora, foi realizada em função da não aceitação do feminismo radical pelas mulheres em geral. O termo gênero seria uma nova roupagem de uma ideologia radical de feminismo, com o objetivo de circular melhor entre as mulheres. Gênero, portanto, tem esta vinculação ao feminismo radical. Este feminismo combatido por O’Leary está alicerçado no marxismo de acordo com a autora. Esta relação é sentida na correlação de opiniões que destroem a família.

Segue trecho em que a autora estabelece estas compreensões:

Marx e Engels sustentam que, para alcançar a libertação da perpétua luta de classes, os meios de produção e de reprodução devem ser removidos das mãos dos opressores e devolvidos para os trabalhadores. Isto exigiria não apenas a abolição da propriedade privada, mas, também, a destruição da família encabeçada por um pai; que todas as mulheres fossem forçadas a trabalhar fora de casa; creches gratuitas e a coletivização das tarefas domésticas; divórcio fácil, liberação sexual e a aceitação da ilegitimidade; e, finalmente, a destruição da religião, porque a religião apoia a família.²⁴

²³ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, p. 05.

²⁴ O’LEARY, Dale. **A Agenda de Gênero**. 2008. p. 18. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/padrepauloricardo-files/uploads/ou1vyvqf7edairu6mgq7/agendade-genero.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.



Não encontramos dificuldade em relacionar estas compreensões à nota da Conferência Episcopal Peruana, nitidamente ela se referencia na publicação de O'Leary. O objetivo da agenda de gênero é a “eliminação da distinção sexual” e o “controle da reprodução”: “As feministas radicais concordam com os marxistas que o objetivo é uma sociedade sem classes, mas a revolução feminista radical quer abolir também as classes sexuais”²⁵.

Abolição das classes sexuais entendida como transgressão das categorias binárias, homem e mulher. Corrêa, ao tratar questões relativas à “ideologia de gênero”, nos atenta para um importante elemento. Que este movimento que tem como uma das protagonistas Dale O'Leary tem uma visível concentração de esforços de fazer-se presente na América Latina. A região está no radar do Vaticano e de seus aliados há muito mais tempo. Em 1997, O'Leary²⁶, analisando a “conspiração feminista global” deu grande atenção às posições feministas latino-americanas. No seu texto predominam referências ao feminismo norte-americano, e são feitas pouquíssimas menções ao feminismo europeu, mas várias páginas são dedicadas à América Latina, sendo analisados os resultados da conferência de São Bernardo (1990), assim como documentos do CLADEM. E toda uma seção é dedicada à exegese das elaborações da feminista mexicana Marta Lamas sobre gênero²⁷.

Estas considerações podem ser observadas do ponto de vista dos movimentos organizados no Brasil e demais países latinos. A entrada do debate em torno da “ideologia de gênero” organizou e mobilizou o Escola Sem Partido e o Con mis hijos no te metas²⁸. O discurso nitidamente conservador se mobiliza através de uma ameaça, de que mudanças e transformações carregariam consigo a eminente possibilidade de acabar com a família.

²⁵ O'LEARY, 2008, p. 18.

²⁶ O'LEARY, 2008.

²⁷ CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018. p. 13.

²⁸ Movimento semelhante ao Escola Sem Partido, nascido no Peru, mas que teve grande alcance nos países da América de língua espanhola.



O livro de Jorge Scala, intitulado através da sua tradução brasileira Ideologia de gênero – o neototalitarismo e a morte da família gênero é definido na perspectiva de uma terrível e perversa ideologia:

A assim chamada ‘teoria’ (‘enfoque’, ‘olhar’ etc.) de ‘gênero’ é, na realidade, uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, já que, se fosse imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais último e simultaneamente acabaria com a sociedade. Além disso, é a mais sutil porque não procura se impor pela força das armas – como, por exemplo, o marxismo e o nazismo –, mas utilizando a propaganda para mudar as mentes e os corações dos homens, sem aparente derramamento de sangue.²⁹

De acordo com Scala esta ideologia tem várias locuções empregadas para habilmente manipular a linguagem. A principal delas é gênero. A tática, segundo o autor, é aplicada através de um movimento envolvente, dividido em três estratégias:

a) A primeira consiste em utilizar uma palavra da linguagem comum, mudando-lhe o conteúdo de forma sub-reptícia; b) depois a opinião pública é bombardeada através dos meios de educação formais (a escola) e informais (os meios de comunicação de massa). Aqui é utilizado o velho vocábulo, voltando-se, porém, progressivamente ao novo significado; e c) as pessoas finalmente aceitam o termo antigo com o novo conteúdo.³⁰

“Ideologia de gênero” é para Scala uma “Pseudoantropologia feminista, com pretensões à ‘reengenharia social’ planetária”³¹. É uma ideologia feminista e tem sua origem no feminismo de gênero. Entre suas características está a negação da existência de uma natureza humana: “[...] cada ser humano como essa massa informe que deve ser modelada e dotada de sentido mediante um processo ideológico-político de reengenharia social, como foi descrito no capítulo anterior”³². Outra característica segundo o autor é o dualismo antropológico:

1-) não existiriam condicionamentos biológicos para determinar a feminilidade e a masculinidade; 2-) não haveria natureza humana, já que os atributos

²⁹ SCALA, Jorge. **Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da ciência**. São Paulo: Artpress, 2011. p. 11.

³⁰ SCALA, 2011, p. 13.

³¹ SCALA, 2011, p. 46.

³² SCALA, 2011, p. 49.



masculinos poderiam ser construídos psicologicamente, tanto por homens quanto por mulheres; 3-), por conseguinte, não existiria complementaridade entre os sexos, pois estes seriam idênticos; 4-) a cultura determinaria quais seriam as características femininas e masculinas e, mediante estatísticas, poderia ser prognosticado o futuro comportamento das pessoas, ao menos em determinados campos.³³

O gênero seria o sexo construído socialmente. A sustentação de que os aspectos biológicos são secundários, sendo gênero, portanto, uma construção social e cultural da sexualidade, ideias refutadas pelo autor. Ele também estabelece as relações com o marxismo, repetindo o argumento de O'Leary,

Assim como, para garantir a eliminação das classes econômicas, se exige a revolução da classe dominada (o proletariado) mediante uma ditadura temporal e a conquista dos meios de produção, da mesma forma, para garantir a eliminação das classes sexuais, se exige a revolução da classe dominada (as mulheres) e seu controle dos meios de reprodução: devolver às mulheres a propriedade de seu próprio corpo, assim como o controle feminino da fertilidade humana, incluindo tanto a nova tecnologia como todas as instituições sociais relativas ao parto e à criação dos filhos.³⁴

A destruição da família é novamente o centro do debate e a consequência perversa da implantação da “ideologia de gênero”. O PL 1859/2015 que acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). O parágrafo é o seguinte:

Art.3º.....
Parágrafo único: A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’.³⁵

Ao analisar o conteúdo da justificativa do projeto, não se encontra nenhuma novidade, mantém o receituário e as explicações mencionadas até este ponto do

³³ SCALA, 2011, p. 54.

³⁴ SCALA, 2011, p. 59.

³⁵ LUCAS, Izalci *et al.* **Projeto de Lei nº 1859 de 2015**. Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Brasília, 2015. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1346799&filename=PL+1859/2015. Acesso em: 04 dez. 2017.



texto. Apresenta um histórico, críticas contundentes a feministas como Judith Butler, o estabelecimento das relações com o marxismo e consequentemente a destruição da família.

Nos debates perpetrados por deputados na tramitação do Plano Nacional de Educação na Comissão Especial responsável por analisar o plano, encontramos três episódios em que o debate em torno do termo “ideologia de gênero” aparece. Timidamente no dia 2 de abril de 2014, com mais força no dia 8 e 22 deste mesmo mês e ano. Segundo o deputado Luis Fernando Machado, o combate a “ideologia de gênero” estaria vinculado a ideia de manutenção da família, este também vincula o termo ao marxismo, a ideologia marxista estaria sendo implantada através da “ideologia de gênero”³⁶.

O deputado Pastor Eurico afirma que “ideologia de gênero” é “[...] o esvaziamento jurídico do conceito homem e mulher”³⁷. Ele cita o livro da Dala O’Leary e relata que a “ideologia de gênero” afirma “[...] que o sexo biológico é apenas um dado corporal de cuja ditadura nos devemos libertar pela composição arbitrária de gênero”³⁸. Estas ideias teriam como consequência a destruição da família.

O deputado Antônio Bulhões afirma que a permanência da ideologia de gênero no PNE dará ao Ministério da Educação “[...] o direito de invadir as escolas com cartilhas gays, cartilhas bissexuais, transexuais e outros. E tudo isso com amparo

³⁶ ZINET, Caio. Projeto de lei prevê prisão de docente que falar sobre “ideologia de gênero”. **Centro de Referências em Educação Integral**, [S.l.], 09 nov. 2015. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

³⁷ EURICO, Pastor. **Projeto de Lei nº 258 de 2019**. Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707056&filenam e=PL+258/2019. Acesso em: 19 jul. 2023.

³⁸ EURICO, 2019.



legal, uma vez rotulado como promoção da igualdade de gênero”³⁹. Como definição do conceito é possível extrair da sua fala que ideologia de gênero é a desconstrução dos sexos e família.

É possível observar, independente do espaço em que analisemos o termo, que há linearidade no discurso. Nos parece, portanto, que se trate de processo organizado. Trata-se indubitavelmente de um movimento de setores religiosos, visto seus protagonistas. A ameaça da destruição da família atravessa todos estes lugares e se apresenta prioritariamente nos discursos. A relação marxista está vinculada ao conceito e colabora com a ideia de destruição da família.

ESCOLA SEM PARTIDO

O que é o Escola Sem Partido? A resposta para este questionamento não apresenta conteúdo unívoco, dependendo a quem se dirige a pergunta, teremos respostas completamente díspares. Ancorados especificamente nos fatos, trata-se de um movimento iniciado em 2004, que tem como principal idealizador Miguel Francisco Urbano Nagib, advogado e procurador do Estado de São Paulo. Este movimento se apresenta vinculado a duas frentes: O Movimento Escola Sem Partido e o Projeto Escola Sem Partido. O primeiro estaria ligado a associação de pessoas, pais, alunos, políticos e demais interessados e preocupados com a “contaminação ideológica” no ensino básico e superior no Brasil⁴⁰. O segundo tem sua função relacionada a aprovação de projetos de leis em âmbito municipal, estadual e federal, que em linhas gerais torna obrigatória a fixação de um cartaz contendo os deveres do professor⁴¹.

³⁹ BULHÕES, Antonio. **Comissão Especial PL 7180/14 – Escola Sem Partido**. Requerimento nº 46, de 2018. Brasília: Câmara dos Deputados, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 05 ago. 2023.

⁴⁰ NAGIB, Miguel. **Movimento Escola Sem Partido**. Quem Somos. 2019. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Disponível em: 13 abr. 2019.

⁴¹ PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. **Site Oficial do Programa Escola Sem Partido – Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar**. 2019. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 13 abr. 2019.



O Movimento Escola Sem Partido foi fundado em 2004. Seu idealizador e fundador é Miguel Francisco Urbano Nagib. Segundo ele, este movimento foi motivado por um episódio ocorrido no Colégio Sigma, no Distrito Federal, tendo como protagonistas sua filha e o professor de História. Este último teria comparado Che Guevara, líder da Revolução Cubana, à São Francisco, um dos santos mais populares da Igreja Católica⁴².

Penna⁴³ nos orienta que esta narrativa oficial apresentada por Nagib tem uma função específica, oficializar um discurso de nascimento do ESP vinculado a ideia de um impulso espontâneo de um pai na defesa da filha. Há nesta narrativa a apresentação de elementos que farão parte de toda a trajetória do movimento, a defesa da família a partir de valores específicos, a existência de uma neutralidade em função da espontaneidade da ação de Nagib, a existência de uma prática política parcial adotada pelos professores e denominada “doutrinação ideológica”.

Essa reconstituição não deve ser tomada somente como um apanhado factual a respeito do movimento. No decorrer dos 13 anos de existência do MESP, essa história se estabeleceu como a versão oficial de sua formação e isso não se deu por pura causalidade. Essa narrativa serve uma função específica, transmitindo a mensagem de como o movimento quer ser visto e percebido dentro do espaço público.⁴⁴

Há, visivelmente, um padrão. Padronizados diante de uma necessidade, fazer frente a um nocivo e crescente monopólio da ideologia de gênero. Defesa da família como uma estrutura definida biologicamente, homem, mulher e filhos⁴⁵. Todos, de alguma forma, estabelecem algum vínculo religioso. Embora, tenham uma postura de

⁴² MIGUEL Nagib e o Escola Sem Partido. **Instituto Liberal**, [S.l.], 27 mar. 2015. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/miguel-nagib-e-o-escola-sem-partido/>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁴³ PENNA, Fernando de Araujo. O ódio aos professores. *In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO* (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 93-100.

⁴⁴ PENNA, Fernando de Araujo; SALLES, Diogo da Costa. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: Analisando as referências intelectuais de uma retórica Reacionária. *In: MUNIZ, Altemar da Costa; LEAL, Tito Barros* (org.). **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. Fortaleza: EdUECE, 2017. p. 13-37. p. 14.

⁴⁵ Identidade social vinculada à uma identidade sexual.



não envolvimento partidário, é possível observar facilmente o envolvimento de políticos, partidos e governos e, inclusive, ancorando posições políticas e eleitorais. Em alguns lugares sendo possível perceber um acirramento de mobilizações em períodos eleitorais e políticos de forma geral.

Os próximos anos foram marcados pelo silêncio, atrapalhado poucas vezes por episódios que não chegaram a fazer realmente barulho. O silêncio é quebrado em 14 de maio de 2014 onde o primeiro protocolado Projeto de Lei 2974/2014, na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro, de autoria do deputado Flávio Bolsonaro, que cria, no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, o Programa Escola Sem Partido. Em 10 de junho do mesmo ano, projeto semelhante é protocolado na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, o PL 867/2014 de autoria do vereador Carlos Bolsonaro. É também, em 2014, que o primeiro projeto de âmbito nacional é protocolado. O PL 7180/2014 é de autoria do deputado Erivelton Santana, do PSC da Bahia. Embora seu teor não seja explícito ao tratar o tema, sendo uma alteração no Art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, seu conteúdo está em total alinhamento com o texto dos projetos do ESP⁴⁶. Este projeto é anterior aos da família Bolsonaro, pois foi apresentado em 24 de fevereiro de 2014. No ano de sua apresentação, o projeto teve apensado o PL 7181/2014, também de autoria do deputado Erivelton, que estabelece que a educação escolar, promovida em instituições de ensino básico, será orientada por parâmetros curriculares nacionais, estabelecidos em lei e com vigência decenal.

Com a mobilização conservadora em torno do Plano Nacional de Educação, o MESP passa a ganhar notoriedade e diversos outros projetos de lei são protocolados. Toni Reis⁴⁷ organiza esta correlação entre o ESP e os debates em torno

⁴⁶ O Art. 3º fica acrescido do seguinte inciso: “XIII – respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.”

⁴⁷ REIS, Toni. Gênero e Lgbtfofia na educação. *In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO* (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 117-124.



dos planos nacional, estaduais e municipais de educação. Ele afirma que há uma exasperação, a partir das discussões, de um fenômeno conservador com relação as abordagens de gênero e de diversidade sexual. Portanto, os planos de educação têm dupla função, a de mobilizar setores importantes sob a perspectiva de um recorte conservador, e de introduzir o debate de gênero, ou melhor, ideologia de gênero, no discurso do ESP. O MESP ascende embalado pelos planos de educação, pelo crescente protocolo de PL's, pela suposta "ideologia de gênero" e finalmente pelo recrudescimento em torno da polarização política.

IDEOLOGIA DE GÊNERO, O GOLPE DE 2016 E O ESCOLA SEM PARTIDO

"Chega de doutrinação marxista. Basta de Paulo Freire". Esta frase estampou uma faixa no movimento a favor do *impeachment*. Outros exemplos como estes podem ser facilmente observados nestes espaços de mobilização do golpe. Pretendemos mostrar que há, senão uma apropriação do discurso do MESP e vinculação do termo "ideologia de gênero" por estas mobilizações, pelo menos uma sintonia entre seus discursos.

Pensaremos este momento buscando relacionar os movimentos do golpe, do MESP e por consequência a "ideologia de gênero", na perspectiva de mobilização de um discurso conservador e disseminador de pânico moral. O ESP alinhou-se a outras organizações conservadoras, como o Movimento Brasil Livre e o Revoltados Online⁴⁸.

O Movimento Brasil Livre (MBL) elegeu o Escola Sem Partido como um dos tópicos da lista de dez reivindicações em sua marcha ao Congresso Nacional que aconteceu em maio de 2015⁴⁹. A marcha tinha como objetivo principal o encaminhamento de uma solicitação de *impeachment*. Em meio aos protestos

⁴⁸ RIBEIRO, Vera Masagão. Apresentação. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 09-12.

⁴⁹ RATIER, Rodrigo. 14 perguntas e respostas sobre o "Escola Sem Partido". In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 29-41. p. 30.



favoráveis ao *impeachment* foi possível observar conteúdos manifestações aliadas ao conteúdo do MESP.

O Escola Sem Partido e seu discurso em torno do termo “ideologia de gênero” é visivelmente absorvido por estes movimentos favoráveis ao golpe. Podemos amparar nossa afirmação em alguns episódios. A primeira audiência do Ministério da Educação no governo de Michel Temer é concedida ao Revoltados Online e estes apresentam as propostas do Escola Sem Partido ao então ministro Mendonça Filho⁵⁰. Os movimentos inicialmente motivados pela mobilização antipetista, seguem se organizando pós-golpe em agendas conservadoras, entre elas, o ESP.

Se a princípio o MESP se vê na condição de saída do anonimato em função de uma conjuntura oportuna mobilizada pela votação dos planos de educação, tendo organizações religiosas a frente do processo, conforme se aproxima o golpe de 2016 o MESP encontra no MBL e Revoltados Online local propício para sua manifestação e combate à suposta “ideologia de gênero”. Seja por aproximação de conteúdo, conservador por excelência, seja em função de compartilharem um desejo: o fim do Partido dos Trabalhadores.

O MESP auxilia o golpe colocando-se na condição de ferramenta na associação do Partido dos Trabalhadores à “doutrinação ideológica” e a “ideologia de gênero”. O ESP mobilizava o golpe através da veiculação do PT ao debate que combatia. Utilizaram o combate a suposta existência de uma “ideologia de gênero” para cooperar com a produção do pânico moral.

Ao cruzar os três fenômenos tratados aqui fomos capazes de perceber a organização de uma rede cooperativa tanto para o golpe, quanto para o MESP. Estão tão entrelaçados que por vezes desconhecemos o que é um e o que é o outro. As bases de sustentação se misturam e se alinham em discurso e posição, em que a “ideologia de gênero” é um mobilizador. Coube ao MESP facilitar e mobilizar um

⁵⁰ MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “Escola Sem Partido”. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 15-21. p. 19.



discurso conservador vinculado aos termos “ideologia de gênero” e “doutrinação ideológica” e relacionar este ao PT, gerando as condições culturais para o golpe. A ameaça estava construída, o pânico moral necessário para justificar uma estratégia autoritária de golpe foi alcançado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomamos nestas últimas páginas nosso problema, para que possamos explicitar os resultados que fomos acumulando na trajetória deste trabalho. Buscamos, portanto, verificar a validade desta premissa: o Escola Sem Partido e o Golpe de 2016 partilham de um mesmo espaço social, valores, tradições, representações políticas, símbolos, gestos, motivações e ritual e são mobilizados pelo termo “ideologia de gênero”.

Partilhar um espaço social exige que haja certa identidade entre seus atores. Ao observarmos estes agentes, é possível traçar certa linearidade em seus perfis. Conservadores por excelência, um apelo a tradição, negação de progresso, especialmente quando estes subvertam relações de desigualdade, direitos sexuais e reprodutivos. Em linhas gerais, estas são as características dos agentes políticos, intelectuais e as organizações de mobilização e mobilizados em torno da pauta do MESP e do golpe.

Os valores seguem esta linha, são mobilizados numa tradição seletiva conservadora. A defesa da “família tradicional” é basicamente o valor que mobiliza estes setores quando contrastados. A “doutrinação ideológica” e a “ideologia de gênero” foram amplamente utilizadas, termos originários do ESP, quando associados ao Partido dos Trabalhadores, eles ganham sentido na construção da cultura do golpe.

Basicamente, nosso trabalho demonstrou que o Escola Sem Partido mobilizou um discurso que foi amplamente absorvido e utilizado pelo golpe. O conservadorismo impresso no jogo político, em que o MESP tem influência considerável, justificaram e tornaram possível o golpe parlamentar de 2016. A construção do pânico moral,



necessários tanto para o ESP, quanto para a efetivação do golpe e para a mobilização do termo “ideologia de gênero” foram traçados dentro de um movimento cooperativo das forças conservadoras.

O PT tornou-se uma ameaça aos valores e tradições da sociedade com o nítido apoio do ESP. Como vimos, em situações como estas as alternativas são sempre conservadoras. O MESP e todas as questões relacionadas a conjuntura de golpe produziram ambiente oportuno de pânico moral. A presidenta e o PT tornam-se uma ameaça aos “valores da família”. Grandes barricadas morais são organizadas e exploradas por diversos setores, mídia, movimentos *pró-impeachment*, políticos e religiosos.

O ESP cumpre o papel fundamental de associar o PT e Dilma a “doutrinação ideológica”, a “ideologia de gênero” e conseqüentemente a destruição dos “valores da família”. Os agentes políticos apontavam Rousseff como responsável pela “doutrinação ideológica” nas escolas, livros didáticos, cartilhas e ENEM. Este movimento representou parte importante da mobilização conservadora do golpe, onde o “gênero” desempenhou função relevante, ao defender a existência da “ideologia de gênero” e a contrariedade aos debates de gênero ou ainda ao reforçar ideias e estereótipos femininos pejorativos relacionados a presidenta.

O conservadorismo sexista é uma marca importante que une o MESP ao golpe. Ao observar comportamento dos atores políticos do Escola Sem Partido no golpe, nos foi possível afirmar que houve grande participação destes. Aqueles que participavam da legislatura do *impeachment* foram quase que unânimes favoráveis a admissibilidade do processo de impedimento. Aqueles que não participavam desta legislatura, não só em sua maioria tinham posições públicas de defesa do *impeachment*, como alguns estavam a frente das grandes mobilizações e organizações *pró-impeachment*.

Por fim, não foram poucas as relações possíveis estabelecidas entre o MESP e base de mobilização do golpe, o MBL, o Vem Pra Rua e o Revoltados Online. Ao verificar que o ESP e o seu conteúdo fazem parte das organizações *pró-impeachment*,



mas também a participação do MESP no golpe ao movimentar conteúdos nas redes sociais que relacionavam o PT à “ideologia de gênero”. Existe, portanto, uma visível relação entre o ESP e o Golpe de 2016, há uma conjuntura favorável para o aparecimento e fortalecimento do Programa Escola Sem Partido, mas o programa apresenta postura ativa frente esta conjuntura, num movimento cooperativo. O Movimento Escola Sem Partido e o golpe de 2016 compartilham este espaço social em que o que melhor os identifica e une é o conservadorismo e o combate à “ideologia de gênero”.

REFERÊNCIAS

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes. Revendo o pensamento conservador. *In*: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (org.). **Revisão do Pensamento Conservador: ideias e políticas no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010. p. 11-12.

BULHÕES, Antonio. **Comissão Especial PL 7180/14 – Escola Sem Partido**. Requerimento no 46, de 2018. Brasília: Câmara dos Deputados, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 05 ago. 2023.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers**. London: MacGibbon & Kee, 1972.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. **A ideologia do gênero: seus perigos e alcances**. Lima, Peru, 1998. Disponível em: https://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_Co_nferenciaEpiscopalPeruana.pdf. Acesso em: 13 ago. 2023.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, 2018.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE
GÊNERO E RELIGIÃO
LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



EURICO, Pastor. **Projeto de Lei nº 258 de 2019**. Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar. Brasília, 2019. Disponível em:
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707056&filenam e=PL+258/2019. Acesso em: 19 jul. 2023.

HIRSCHMAN, Albert. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LUCAS, Izalci *et al.* **Projeto de Lei nº 1859 de 2015**. Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Brasília, 2015. Disponível em:
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1346799&il ename =PL+1859/2015. Acesso em: 04 dez. 2017.

MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “Escola Sem Partido”. *In*: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 15-21.

MIGUEL Nagib e o Escola Sem Partido. **Instituto Liberal**, [S.l.], 27 mar. 2015. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/miguel-nagib-e-o-escola-sem-partido/>. Acesso em: 10 out. 2019.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – Reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, jan./jun. 2007. p. 112-113. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100006>.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *In*: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13-37.

NAGIB, Miguel. **Movimento Escola Sem Partido**. Quem Somos. 2019. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Disponível em: 13 abr. 2019.

O’LEARY, Dale. **A Agenda de Gênero**. 2008. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/padrepauloricardo->

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE
GÊNERO E RELIGIÃO
LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



files/uploads/ou1vyvqf7edairu6mgq7/agendade-genero.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

PENNA, Fernando. O ódio aos professores. *In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO* (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 93-100.

PENNA, Fernando de Araujo; SALLES, Diogo da Costa. A dupla certidão de nascimento do Escola Sem Partido: Analisando as referências intelectuais de uma retórica Reacionária. *In: MUNIZ, Altemar da Costa; LEAL, Tito Barros* (org.). **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. Fortaleza: EdUECE, 2017. p. 13-37.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. **Site Oficial do Programa Escola Sem Partido** – Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. 2019. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

RATIER, Rodrigo. 14 perguntas e respostas sobre o “Escola Sem Partido”. *In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO* (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 29-41.

REIS, Toni. Gênero e Lgbtfofia na educação. *In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO* (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 117-124.

RIBEIRO, Vera Masagão. Apresentação. *In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO* (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 09-12.

SCALA, Jorge. **Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da ciência**. São Paulo: Artpress, 2011.

ZINET, Caio. Projeto de lei prevê prisão de docente que falar sobre “ideologia de gênero”. **Centro de Referências em Educação Integral**, [S.l.], 09 nov. 2015. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/projeto-de-lei-preve-prisao-de-docente-que-falar-sobre-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 03 ago. 2023.